

Silenciamento e apagamento em um caso de violência contra a mulher: uma análise da entrevista de Leila Cravo ao programa Domingo Show¹

Gabrielle Sevidanes²

Wedencley Alves³

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

RESUMO

Esta pesquisa traz um estudo de caso que analisa os processos de silenciamento e apagamento sofridos pela atriz e apresentadora de televisão Leila Cravo, a partir da perspectiva teórico metodológica da Análise do Discurso. Em 1975, a atriz foi vítima de violência física e sexual e, como consequência disso, teve sua carreira interrompida e sua presença nas telas foi esquecida. A análise aqui desenvolvida é voltada para a entrevista concedida por Leila Cravo em 2018, quando ela apresentou a sua versão dos fatos ao programa Domingo Show, da Record TV. Os resultados indicam que o silenciamento em torno do caso pode ter agravado a intensidade do sofrimento da atriz.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Discurso; Trauma; Silenciamento; Violência contra a mulher.

CORPO DO TEXTO

A violência contra mulheres pode se manifestar de diversas formas e em diversos graus de severidade. De acordo com Azambuja e Nogueira (2007), as manifestações mais atrozias costumam ocultar atitudes violentas menos escandalosas, que se prolongam e se protegem por trás de instituições ou ideologias que as tornam aparentemente aceitáveis. Com relação a isso, as autoras supracitadas acrescentam que as formas de violência que são consideradas mais sutis geralmente estão normalizadas dentro das relações sociais, mas causam tantos ou mais danos do que as formas mais visíveis da violência.

A experiência da violência é frequentemente considerada como traumática por parte das vítimas. Laplanche e Pontalis (1991) definem o trauma como um “acontecimento na vida do indivíduo que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que coloca o indivíduo para responder de forma adequada e pelos transtornos e efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica” (p.

¹ : Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

² Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista CAPES e integrante do Grupo Sensus – Comunicação e Discursos. E-mail: gabrielle.sevidanes@estudante.ufjf.br.

³ Doutor em Linguística (Unicamp), professor e pesquisador de Comunicação na UFJF e coordenador do Grupo Sensus – Comunicação e Discursos. E-mail: wedencley.alves@ufjf.br.

522). Neves (2019) considera que a característica comum a todas as vivências de trauma é o fato de que ela ultrapassa os limites da tolerância. Em outras palavras, isso significa que determinado estímulo estressor, como a violência, desencadeou no sujeito uma reação intensa quando ocorreu, a ponto de fazer com que não seja possível para o sujeito trazer sua vivência para o campo do discurso.

Para superar o momento traumático, portanto, em muitos casos a vítima sente a necessidade de compreender o que lhe ocorreu por meio da palavra, ao narrar sua experiência. E, para isso, é necessário que ela seja ouvida. É por esse motivo que o silenciamento de vítimas de violência pode ser particularmente cruel. Nas palavras de Azzariti (2014), “o poder da violência não se exprime e não se revela apenas e unicamente pela violência física. O fazer calar atua fortemente nas relações de dominação” (p. 09). Esse “fazer calar” diz respeito aos processos de silenciamento, que a autora considera como torturantes e agressivos.

De acordo com Orlandi (2007), o silêncio ocupa uma posição primordial no discurso. A autora afirma que “há silêncio nas palavras; o estudo do silenciamento nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’” (Orlandi, 2007, p. 11-12). Azzariti (2014) acrescenta ainda que é por meio do silêncio que a linguagem tem seu espaço, portanto, ele não deve ser pensado como ausência. Para Orlandi (2007), esse silêncio deve ser diferenciado do silêncio da censura. Enquanto o primeiro é construtivo e faz com que uma palavra silencie a outra, dando sentido ao discurso, o segundo se relaciona ao que é proibido dizer.

O silêncio da censura, também designado por Orlandi (2001) como “silenciamento”, representa uma prática discursiva atrelada ao exercício de poder e à seleção das vozes consideradas legítimas para se expressarem. A autora ressalta que o silenciamento não se restringe apenas a proibições explícitas, mas também se manifesta por meio de estratégias que marginalizam determinados discursos. É uma ferramenta poderosa nas mãos daqueles que detêm o poder, permitindo-lhes controlar não apenas quem pode falar, mas também o que pode ser dito.

É importante observar que o silenciamento diferencia-se da ideia de apagamento, outro conceito arrolado por Orlandi (2001), que se refere à marginalização e à exclusão de discursos ou sujeitos específicos, contribuindo para a reprodução de hierarquias e

desigualdades sociais. O apagamento não se limita apenas à ausência de representação explícita, mas também pode manifestar-se através de formas sutis de negligência, desconsideração ou minimização. O apagamento pode manifestar-se de diferentes maneiras, desde a escassez de representação de certos grupos nas mídias até a falta de valorização de suas vivências e identidades. Em suma, enquanto o silenciamento se concentra em restringir ou suprimir vozes e perspectivas, o apagamento envolve a rejeição de certas vivências ou identidades.

Esta pesquisa traz um estudo de caso que analisa os processos de silenciamento e apagamento sofridos pela atriz Leila Cravo, que trabalhou para a emissora de televisão TV Globo na década de 1970, atuando em novelas e apresentando o programa “Fantástico”. Em 1975, Leila foi vítima de violência física e sexual e, como consequência disso, teve sua carreira interrompida e sua presença nas telas foi esquecida⁴. Em 2022, 47 anos após o crime, foi lançado o podcast “Leila”, dirigido por Daniel Pech e produzido pela Globoplay, que chama a atenção para a história da atriz após um longo período de esquecimento.

O podcast inicia a narração contando sobre a madrugada de 11 de novembro de 1975, quando Leila Cravo foi encontrada inconsciente na Avenida Niemeyer, na capital do Rio de Janeiro, em frente ao “VIPs”, um motel de luxo. O desenrolar da história mostra que a hipótese inicial do que ocorreu naquela madrugada, e que foi amplamente divulgada pela mídia dominante na época, era de que Leila havia se jogado da varanda do motel. Com feridas pelo corpo e graves fraturas na cabeça, a atriz ficou em coma por dias e, quando acordou, não se lembrava com precisão dos eventos que ocorreram naquela noite. Uma coisa, porém, ela afirmava com veemência: ela não tentou suicídio.

Posteriormente, as investigações comprovaram que, de fato, não houve tentativa de suicídio. Após recobrar a memória, Leila afirmou diversas vezes que foi vítima de violência sexual e tentativa de homicídio. Ela relatou que, naquela noite, foi até o motel na companhia de um homem. Ela não pulou, nem foi lançada da varanda. De acordo com a atriz, ela foi vítima de violência por parte de homens que, de alguma forma, tiveram acesso ao seu quarto no motel e, após as agressões, colocaram seu corpo para ser

⁴ De acordo com a reportagem do jornal Correio do Povo que anuncia o falecimento da atriz em 2020, Leila Cravo foi “esquecida pela mídia”. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/artefenda/esquecida-pela-m%C3%ADdia-morte-da-atriz-leila-cravo-%C3%A9-descoberta-ap%C3%B3s-quase-2-meses-1.492141> Acessado em 18 jan. 2024.

encontrado na rua, acreditando que ela estava morta, com a intenção de simular um suicídio. A polícia afirmou não ter encontrado comprovações para essas afirmações, mas identificou que, de fato, as lesões que ela sofreu não correspondiam à queda. As investigações foram encerradas de forma inconclusiva, sem que ninguém fosse punido.

Um aspecto marcante desse caso foi o de que, após o crime cometido contra Leila, os grandes veículos de comunicação da época não se interessaram em abordar o desfecho das investigações policiais, ou o depoimento da atriz, e sua carreira sofreu um grande impacto. A atriz, que outrora estrelava em papéis de destaque em novelas e programas de grande audiência da maior emissora de televisão do país, após ter sido vítima de violência, não recebeu grandes oportunidades de trabalho. Essa é uma maneira até pouco sutil de a televisão e a mídia, de maneira geral, praticarem uma forma de “censura”. Para além do campo profissional, a violência e posterior silenciamento causaram traumas que impactaram profundamente em sua vida pessoal e sua saúde mental (Leila, 2022).

Mais especificamente, a análise aqui desenvolvida é voltada para a entrevista concedida por Leila Cravo em 2018, quando ela apresentou a sua versão dos fatos para o programa Domingo Show, da Record TV. A entrevista foi acessada por meio dos vídeos disponibilizados na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube, no canal do programa⁵. A escolha desse material se deu por se tratar da única aparição de Leila na televisão para contar a sua versão, sendo citada pelo podcast “Leila” (2022) como importante fonte de informações acerca do caso. Para a análise desse material, os vídeos da entrevista foram acessados no YouTube, assistidos na íntegra e analisados a partir do ponto de vista teórico-metodológico da Análise do Discurso observando, sobretudo, as formações discursivas que caracterizavam os processos de silenciamento e apagamento sofridos pela atriz.

No programa Domingo Show, Leila foi entrevista pelo repórter Geraldo Luís, que apresenta a atriz como alguém que viveu “uma vida calada”, ao que ela responde:

Foi como se houvesse um complô pra me matar mesmo, matar profissionalmente, socialmente. Eu costumo dizer que o meu corpo conseguiu sobreviver, mas a minha alma não. Era como se eu tivesse virado uma coisa que pudesse transmitir algum tipo de vírus, a ponto de fazerem relatos da história da televisão em programas que eu fui absolutamente importante, “ah, porque ‘tá fazendo 40 anos do programa tal’”, e não falarem nem o meu nome.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/@DomingoShow/search?query=leila%20cravo> Acessado em 20 jan. 2024.

Essa morte social e profissional que Leila afirma sofrer está ligada ao que Orlandi (2007) denomina de apagamento. Segundo a autora, o apagamento está pautado em relações de sentido e de força. No relato de Leila, fica evidente a sensação da atriz de que há figuras em posição de poder com relação a ela, metaforizadas pela ideia de um “complô”. Esse apagamento é exemplificado na exclusão da atriz e apresentadora em relatos históricos de programas televisivos dos quais ela fez parte. A “vida calada” que a atriz levou não foi uma escolha dela. Durante o período em que estava em recuperação no hospital, após o crime cometido contra ela, a atriz conta que tentou conversar com a imprensa para explicar a sua versão da história:

Eu não me joguei nada. Desde o momento que eu ouvi isso, eu reagi negativamente. Todos os jornais faziam a mesma novela todo dia. [...] Eu falava com jornalista: “sobe aqui”, porque eles ficavam lá embaixo, tocando a campainha. “Por favor”, eu ia na varanda, “sobe aqui um instantinho. Por que que ‘cês ‘tão falando isso? Eu não me joguei, eu não fui jogada. Eu fui violentada e colocada lá embaixo”. Nunca eles publicaram isso.

A declaração acima é um exemplo do silenciamento sofrido por Leila, pela escolha deliberada dos jornalistas de não darem voz à atriz, noticiando o caso a partir de uma perspectiva que não correspondia ao que ela vivenciou. Orlandi (2001) diferencia o silêncio fundador, que é a base para a produção de sentido, da política do silêncio, também chamada pela autora de silenciamento. O “silêncio local” é uma forma de silenciamento equivalente à censura ou autocensura. Dessa forma, o que Leila alega ter sofrido seria justamente um silenciamento local, uma vez que sua fala foi impedida de ser publicada nos jornais de grande circulação e as declarações de outras testemunhas, bem como da polícia, se sobressaíram nas notícias.

O silenciamento em torno do caso pode ter agravado a intensidade do sofrimento da atriz, uma vez que a falta de credibilidade dada à sua narrativa é vista como uma forma de reviver o trauma (Azzariti, 2014). A negligência da mídia em abordar adequadamente a violência sofrida por Leila também é interpretada como uma forma de violência psicológica, refletida nas consequências psicológicas para a vida da atriz. Revisitar o caso Leila destaca as falhas da mídia ao lidar com situações de violência, ressaltando, ainda, a importância de resgatar a história da atriz a fim de promover discussões sobre violência contra mulheres e da responsabilidade da mídia.

Neste percurso, buscamos evidenciar as formas sutis de silenciamento e apagamento enfrentadas por mulheres vítimas de violência, assim como suas consequências profundas. Torna-se evidente a urgência de conceder voz a essas mulheres, a fim de confrontar as raízes estruturais dessa forma de violência em nossa sociedade. Reconhecer que o silenciamento das vítimas constitui uma forma de violência por si só é fundamental para entender a complexidade e a gravidade desse fenômeno. Ao dar voz e visibilidade às experiências dessas vítimas, podemos começar a desafiar ativamente as estruturas que perpetuam o silenciamento e trabalhar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para os estudos sobre violência contra mulheres e sua relação com a mídia, sobretudo no campo da Análise do Discurso, trazendo uma reflexão sobre trauma e silenciamento. É importante que mais trabalhos se debruçam nesses temas, de forma a preencher as lacunas que correspondem às limitações desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucas de Oliveira; MARTINS-BORGES, Lucienne; MARSILLAC, Ana Lúcia Mandelli. ELABORAÇÕES DO TRAUMÁTICO ATRAVÉS DA ARTE: REFÚGIO, CULTURA E MEMÓRIA. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 30, n. 66, dez. 2022, p. 123-139.

AZAMBUJA, Porto Ruwer de, Mariana; NOGUEIRA, Conceição. Violência de gênero: uma reflexão sobre a variabilidade nas terminologias. **Saúde em Debate**, vol. 31, núm. 75-76-77, pp. 97-106, jan-dez., 2007.

AZZARITI, Mônica. SILÊNCIO, SILENCIAMENTO E TORTURA: VIOLÊNCIA E SENTIDOS (SILENCE, SILENCING AND TORTURE: VIOLENCE AND SENSES). **PERcursos Linguísticos**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 120–132, 2015.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEILA. [PODCAST]. Direção: Daniel Pech. Rio de Janeiro: Globoplay. 2022.

NEVES, Sonia Maria Rio. Trauma: Onde estão suas marcas?. **Trama, Revista de Psicossomática Psicanalítica**, São Paulo, n. 1, p. 1-11, 2019.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto: formação e circulação do sentido**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.